

# O Espírito da Unidade Cristã

Pe. Elias Wolff \*

## INTRODUÇÃO

**M**editar sobre o Espírito Santo implica o reconhecimento da liberdade de sua ação numa dimensão cósmica, que atinge tanto pessoas quanto estruturas, na diversidade dos elementos históricos, culturais, religiosos e eclesiais que constituem a existência dessas pessoas e estruturas. Ele se faz presente ali onde vigora a Graça - em nós e fora de nós. Não compete à nossa "imaginação reflexiva" ter uma idéia de *como* o Espírito Santo se faz presente. Nós o sabemos pela fé. A fé nos diz que "verdadeiramente Deus está no meio de nós!" Ele atua na realidade, chega antes de nós, trabalha mais e melhor do que nós. Ele sorri, dança, penetra, investe, atrai, apaixona, destrói, renova... Está lá onde jamais imagináramos. Somente a fé nos dá a capacidade de reconhecê-lo e acolhê-lo em "espaços" cuja existência é inimaginável pela finitude característica da nossa compreensão da realidade.

Isto implica o reconhecimento da ação do Espírito nos "elementos de santificação e verdade" existentes também fora das estruturas da Igreja Católica Romana (*Lumen Gentium*, 8). Em outro artigo, procuramos analisar a presença do Espírito Santo "nos Movimentos neo-pentecostais" especialmente nas "Seitas"<sup>1</sup>. Aqui, deter-nos-emos na compreensão do Espírito atuante na aproximação das relações entre as Igrejas protestantes e a Igreja Católica Romana. Devido aos limites deste artigo, não nos é possível ater-nos à característica de cada uma das igrejas em particular. Também não trataremos das diversas Comissões Mistas, responsáveis pelo diálogo doutrinário entre essas igrejas. Contentar-nos-emos com uma reflexão sobre a ação do Espírito Santo que suscita nas igrejas cristãs o compromisso ecumênico para realizar a vontade do Cristo Senhor: *Que todos sejam um* (Jo 17,21).

Nossa reflexão se divide em dois momentos: 1) aquisição da consciência dos elementos comuns e divergentes entre as igrejas cristãs; 2) elementos de uma *eclesiologia pneumatológica*, procurando compreender como o Espírito contribui para a consolidação do que há em comum, e a superação dos pontos divergentes. Por fim, veremos como as igrejas protestantes e a Católica Romana convergem na compreensão da presença do Espírito para além das fronteiras do Cristianismo.

## 1. O ESPÍRITO DA DIVERSIDADE

### 1.1 Situando o problema

A diversidade litúrgica, disciplinar e organizativa das comunidades cristãs é um fato concreto desde as suas origens. Mas a partir da reflexão sobre o mistério do Cristo e da Trindade, nos séculos IV a VI, essas diferenças se intensificaram de tal modo, que os bispos precisaram agir com poder de definição das verdades fundamentais para a fé cristã: Nicéia, 325; Constantinopla I, 381; Éfeso, 431; Calcedônia, 451 etc. Muitos grupos não aceitaram as formulações conciliares, formando comunidades separadas do modelo romano: nestorianos, na Pérsia; jacobitas, na Síria; armênios, na Armênia; coptas, no Egito.

As divisões continuaram no seio da cristandade, novo ponto de ruptura surgindo no final do século VIII e agravando-se posteriormente, justamente com a doutrina sobre o Espírito Santo - o *Filioque*. A teologia do Espírito Santo, que deveria ser princípio de unidade, tornou-se causa de desentendimento teológico, litúrgico e eclesial, entre as igrejas do Ocidente e do Oriente.

Mas rupturas ainda mais profundas surgiram no século XVI, quando Lutero propôs uma "reforma" na Igreja de então. Não pensava inicialmente na constituição de comunidades "separadas", com doutrina e organização independentes. Contudo, os princípios luteranos de *sola fide*, *sola Scriptura*, e *sacerdócio comum*, conduziram o reformador a conclusões teológicas que muito distanciavam das orientações romanas. Para os luteranos, é mais importante o fato de que a Igreja é constituída pela Palavra e pelos sacramentos, do que o fato de que a Igreja celebra a Palavra e os sacramentos com os mesmos ritos e cerimônias<sup>2</sup>. Pois a primeira concepção dá espaço à primazia da Palavra em relação às estruturas eclesiais.

O cisma era inevitável. As idéias de Lutero se propagaram, sobretudo com o apoio de Melancton e Calvino, orientando para novas formas de cristianismo e de vida eclesial. As dissidências surgidas dentro do próprio protestantismo, ainda no séc. XVI, originariam igrejas diferentes: igrejas luteranas nos países germânicos e escandinavos; igrejas reformadas ou presbiterianas nos Países Baixos, Suíça, Escócia e França. Na Inglaterra, surge o anglicanismo. A resposta da Igreja

Católica - "contra-reforma" - no Concílio de Trento, consumou o cisma. No séc. XVIII surgem os congregacionalistas, batistas, metodistas, e ainda outras comunidades, que se distanciaram dos primeiros reformadores por diferenças na compreensão da fé, da vida eclesial, da hermenêutica bíblica.

Contudo, o fato da divisão foi denunciado como "escândalo" cristão desde suas origens. E simultaneamente começou também o esforço para a reconstrução da visibilidade concreta do único povo de Deus. Assim, as tentativas de reconciliação acompanharam a história das divisões. Com o movimento ecumênico, nascente nos inícios do séc. XX, essa aspiração recebeu novo impulso. A Conferência Missionária de Edimburgo (1910), do Cristianismo Prático (1925 e 1937), de Fé e Constituição (1927 e 1937), atraíram a maioria das igrejas cristãs, criando um esforço histórico sem precedentes para a unidade. Em 1948 surge o Conselho Mundial das Igrejas, em Amsterdam. Assim, conscientes do escândalo da divisão, as igrejas separadas buscam o *Espírito do discernimento* dos caminhos que conduzem à co-responsabilidade, para a reconstrução da unidade.

### 1.2 Os fundamentos comuns

Ao falarmos de "fundamentos comuns", estamos referindo-nos ao *essencial* que caracteriza a fé cristã (católica, protestante, ortodoxa), no confronto com as outras religiões. São aquelas verdades de fé vividas por todas as igrejas cristãs com as quais a Igreja Católica Romana realiza o diálogo ecumênico, a saber:

- a) *A fé em Jesus Cristo*, como Senhor e Salvador, Filho de Deus e Deus. Nasceu de uma mulher, foi crucificado, morto e ressuscitado pela salvação da humanidade. É o *único Nome pelo qual podemos ser salvos* (At 4,12).
- b) *Um só Deus Criador*, cuja revelação ao mundo iniciou na história de Israel, através dos profetas, e culminou no Cristo: *Deus amou tanto o mundo que entregou seu Filho Unigênito, para que não pereça quem nele crê, mas tenha a vida eterna* (Jo 3,16).
- c) *O Espírito Santo*, "criador e vivificador", presente no universo, a "mão do Pai" na história. É Deus que chama, que opera, que dá vida. Com o Pai e o Filho forma a Trindade Santa, sendo o Amor que unifica as Pessoas divinas, e que clama no coração humano o reconhecimento de Deus como *Abba*.
- d) *Resumos doutrinários da Igreja antiga* que expressam estas afirmações centrais da fé cristã, chamadas *símbolos*, como o Creio apostólico: patrimônio comum a todos os cristãos, é vivido de modo diverso nas diferentes igrejas.
- e) *A Bíblia*, como lugar da revelação de Deus em Jesus Cristo, e como única Palavra da história que Deus realiza com a humanidade, de Abraão até as primeiras comunidades cristãs.

- f) *Os sacramentos do Batismo e da Ceia do Senhor*: um só Batismo, realizado no nome da Trindade Santa, reconhecido por todas as igrejas, de tal modo que, se um católico torna-se membro de uma igreja protestante, ou vice-versa, não é re-batizado. Existe também uma única Ceia do Senhor, como centro e auge de toda celebração cristã, embora não seja ainda um sinal de unidade, enquanto algumas igrejas (incluída a Católica) não admitem a intercomunhão.
- g) *A existência cristã* deve ser coerente na fé, na esperança e na caridade. A confissão da fé não pode ser separada de um comportamento ético correspondente.
- h) *A Igreja* como realidade-base da congregação do povo de Deus, para a celebração do culto cristão, do ensinamento da Palavra, da realização das obras de justiça no mundo. Diferem as concepções do modo de ser Igreja, mas existe comunhão no reconhecimento das primeiras comunidades cristãs como exemplar fundante.
- i) *A abertura ao futuro e ao Reino de Deus*, como meta maior das igrejas. Vive-se na tensão entre o "já" e o "ainda-não", rumo ao cumprimento do final dos tempos, a realização escatológica plena das promessas de Deus ao seu povo.

### 1.3 As diferenças

Quanto às diferenças, podemos sintetizá-las em três grandes grupos: 1) no governo da Igreja, sobretudo na questão do papado; 2) na doutrina e no culto, principalmente em relação aos dogmas católicos; 3) nos costumes, mentalidade e cultura.

**a) Diferença no governo da Igreja:** Se abrirmos o Catecismo da Igreja Católica, nos números 880-882 e 891, encontraremos o fundamento bíblico, da tradição e da teologia, sobre o governo da Igreja Católica. O Catecismo ensina que Cristo instituiu o colégio dos doze apóstolos dando-lhes Pedro como chefe, e estabelecendo-o como pastor de todo o seu rebanho (cf Mt 16,17-19: *Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja... Eu te darei as chaves do Reino dos céus...: Lc 22,31-32: Confirma teus irmãos...: Jo 21,15-17: Apascenta os meus cordeiros, as minhas ovelhas*). A partir de então, o Papa se compreende como sucessor de Pedro e "bispo de Roma"<sup>3</sup>, como princípio visível e perpétuo fundamento da unidade dos demais bispos e da multidão dos fiéis. Como "vigário de Cristo", e pastor de toda a Igreja, o Papa é considerado infalível quando proclama *ex cathedra*, isto é, com um ato definitivo, uma doutrina de fé e moral.

Mas nenhuma outra igreja cristã aceita esta autoridade do Papa no modo como é apresentada pelos católicos. Esforçam-se por respeitar a diferença no governo das igrejas, procurando compreender o Papa como chefe de *uma* igreja. Mas ao mesmo tempo exi-

gem que suas próprias estruturas eclesiais, sem o Papa, também sejam reconhecidas pela igreja de Roma. Essas igrejas questionam os fundamentos bíblicos e a Tradição, sob os quais o governo papal se apóia. Afirmam que os textos bíblicos acima citados não indicam nenhuma autoridade superior de Pedro em relação aos demais apóstolos. A razão básica desta posição está no fato de que, no Novo Testamento, existe desde o início uma variedade de igrejas e de formas organizativas. E na origem de um governo da Igreja, vemos que Pedro é enviado em missão (At 8,14), e não é ele quem preside o chamado "primeiro Concílio", em Jerusalém (At 15, 6-29). Quanto à sua infalibilidade, observam que Pedro é publicamente criticado e repreendido por Paulo (Gl 2, 11-14). Reconhecem que Pedro é certamente um grande líder da Igreja apostólica, mas sua autoridade não é base suficiente para vê-lo como um primeiro Papa, com autoridade definida e formal. Mesmo porque, aparentemente, é Paulo o personagem central da Igreja neotestamentária.

**b) Diferença no dogma:** A Reforma protestante do séc. XVI tinha como objetivo máximo a purificação da fé, eliminando abusos devocionais que encobriam a centralidade do Cristo e da Bíblia na existência cristã. Tratou-se de uma "guerra contra": as indulgências, a compreensão e prática puramente ritualista dos sacramentos, uma espiritualidade centrada nas obras "meritórias", a busca de prestígio e poder da Igreja e de seus representantes... Em contrapartida, para recuperar a dimensão fraterna e local da comunidade dos fiéis, a Reforma pretendeu realizar a "purificação" e "reconstrução" da verdadeira Igreja do Cristo. Em síntese, a Reforma afirmava que:

- 1) o Deus de que fala a Bíblia se comunica a todos os seres humanos, diretamente e *sem intermediários*. Na Igreja do Cristo, Ele mesmo, o Cristo, é o único Sacerdote. Assim, não existem sacerdotes ordenados com caráter sacramental, uma vez que Deus pode escolher um ou outro como seu mensageiro temporário. E os eleitos não têm o poder de transmitir a salvação pela celebração dos sacramentos, como "canais da graça". Conseqüentemente, o Cristo não criou também nenhum *magistério* como um grupo de intérpretes privilegiados, a quem compete a última palavra sobre as verdades de fé. Logo, todos os fiéis em Cristo são sacerdotes e possuem, em níveis iguais, a missão de administrar e comunicar a verdade do Evangelho (cf 1Pd 2,4-9; Ap 1,6).
- 2) Deus é o único *Santo*, toda a terra é seu templo e lugar da sua presença. A Igreja se constitui ali onde *dois ou três estão reunidos em nome do Cristo* (cf Mt 18,20), de modo que não existem lugares consagrados, nem atos sacros em si mesmos, entendidos como passagens reservadas e exclusivas que fazem a "ponte" entre Deus e o mundo. Tal posição questiona tanto os sacramentos como a própria Igreja,

compreendida como "estrutura sacramental". O Batismo e a Ceia adotados pelas igrejas protestantes não são atos sacros que necessitem de mediação particular, mas um *anúncio* realizado com *atos simbólicos* do evangelho da graça, proclamado na pregação. A Eucaristia não é "repetição" do sacrifício do Cristo, mas sua representação, memória, anúncio.

- 3) *Há um só Deus ao qual se deve render culto* (Ex 20): Embora a consciência da fé católica não adore Maria e os santos, o simples fato de rezar a eles já é compreendido como um ato de culto devido a Deus. E isto é visto pelos protestantes como transgressão explícita dos preceitos bíblicos: *Não terás outros deuses além de mim* (Ex 20,3); *Só a Deus adorará, e só a Ele prestarás culto* (Dt 6,13, cit. em Lc 4,8). O culto aos santos é compreendido como um obscuramento da centralidade do Cristo e da unicidade de Deus.
- 4) A *centralidade da Escritura* se expressa, na consciência protestante, pelo princípio "*sola Scriptura*" (mediante a Escritura somente). Assim, a Tradição, as doutrinas e os ritos desenvolvidos ao longo dos séculos, não podem ser fundamentos da Igreja. Os protestantes rejeitam o poder do magistério de exercer sua autoridade definindo "de modo infalível" verdades de fé ou orientações éticas, uma vez que só o Espírito Santo, que fala pelas Escrituras, assiste e orienta a Igreja. Essa tese fundamenta outro princípio luterano, *sola fide*, afirmando que "a salvação vem unicamente pela fé" (cf Rm 4), isto é, pela fé no Deus que se revela na Palavra, independente de qualquer outra orientação da Lei, magistério, sacramentos (cf Rm 3,20).
- 5) A Igreja cristã *não tem poder* nem político, nem econômico. É uma sociedade de pobres, sem estruturas neste mundo, a caminho de um mundo novo. Por isso, os cristãos evangélicos têm dificuldades de compreender as estruturas da Igreja Católica Romana, em sua "coincidência" e afinidade com o poder temporal.

6) **c) Diferença na mentalidade, na cultura e costumes:**

- 1) O *hábito da liberdade de consciência*: Para os protestantes, o cristão é, acima de tudo, um ser livre e responsável. Deve decidir por si mesmo questões políticas, culturais, também de fé. Sua consciência é, em última instância, iluminada pela Palavra de Deus. Embora teoricamente o mesmo seja afirmado pela Igreja Católica, a prática protestante insiste no uso dessa liberdade. Por isso, os protestantes têm dificuldade em reconhecer a prática da confissão e da direção espiritual com orientação da consciência, não aceitando, por exemplo, que a igreja possa dizer-lhes o que é lícito ou ilícito. Assim, não existe propriamente um "magistério" protestante: a opinião

se forma no confronto e no debate interno da comunidade cristã, lugar de reflexão e de consulta a nível local, e nos sínodos e assembleias, a nível geral.

- 2) *A liberdade na Igreja e o modo de celebrar o culto:* A palavra-chave na organização das igrejas protestantes é *democracia*. Inclusive a celebração e a vivência do culto estão marcadas pela liberdade da participação dos presentes. Para isso ajuda o fato de não haver um sacerdote com poder institucional e sagrado, mas *pastores*, cujas funções de pregar a Palavra e administrar os sacramentos podem ser exercidas também por outros fiéis não pastores. Como consequência, os cristãos protestantes têm dificuldades em compreender a submissão e a obediência dos católicos, que, mesmo quando motivados por sinceras razões de fé, não podem manifestar o próprio dissenso.
- 3) *A rejeição de uma espiritualidade do mérito* e do valor positivo, quase místico, dado ao sofrimento, compreendida pelos católicos como espiritualidade do "sacrifício". Para os católicos, trata-se de uma tendência a concentrar-se sobre a dor humana "em si", considerada como "meritória" da graça de Deus. Ao contrário, para os protestantes, a Bíblia anima a lutar contra o mal, contra a aceitação da dor como "prova". A justificação vem unicamente dos méritos de Jesus e de seu sofrimento na Cruz - sem as obras da Lei. Acontece uma relativização das ações humanas como colaboradoras da obra salvífica, quase um "anulamento" da atividade humana diante do projeto divino de salvação.
- 4) Para as igrejas protestantes, a compreensão da natureza, e das "*leis naturais*" difere muito da compreensão católica. Muitos vêem os católicos vivendo "sob uma ditadura da natureza", acreditando que as leis naturais, ao lado das verdades da fé, constituem o conjunto das verdades salvíficas. Daí surgem as diferenças nas orientações éticas relativas à contracepção, ao aborto, à planificação familiar etc.
- 5) *O posicionamento frente à vida* varia de acordo com a orientação religiosa do indivíduo. O protestante, frente às escolhas morais, não tem nenhuma mediação além da Palavra. Não existe em suas escolhas espaço para coisas que a lei da Igreja poderia "proibir", mas que um confessor ou diretor de consciência poderia "permitir". Não há espaço para um pecado que seja perdoado com esmolas (indulgências). Assim, fica difícil ao fiel protestante aceitar o comportamento do católico obediente ao seu Magistério, que lhe proíbe determinado comportamento e censura seus escritos e sua palavra. A vida matrimonial e sexual é um claro exemplo do que estamos falando. Ao protestante resulta difícil compreender como a orientação católica possa proibir determinado comportamento, em relação à vida matrimonial e sexual, que o fiel católico contudo continua praticando...

#### 1.4 Por onde ir?

Inicialmente, manifestamos a nossa convicção de que, para o testemunho comum da fé cristã, *os pontos de convergência são mais importantes que as diferenças*. Não trataremos aqui dos pontos de convergência, porque não se concentram neles os grandes problemas do diálogo ecumênico. Procuraremos, portanto, concentrar-nos numa rápida reflexão sobre os aspectos divergentes:

a) **O governo da Igreja:** Com relação ao governo papal<sup>4</sup>, se as igrejas protestantes não encontram razão neotestamentária para a sua existência (e não aceitam também o fundamento histórico da Tradição), não podem, contudo, negar que o mesmo Novo Testamento oferece os critérios sob os quais se organiza a vida da Igreja primitiva: a) o ministério de Pedro como *servidor*, enquanto continuador da missão do Cristo (Mc 10, 42-44); b) os dons e serviços suscitados pelo Espírito Santo, dando origem à diversidade ministerial, numa espécie de preparação da estrutura hierárquica da comunidade eclesial (1Cor 12,5), sem pôr em risco a sua unidade; c) cada comunidade cristã desenvolvia sua vida particular gozando de uma independência que não impossibilitava a relação de solidariedade, de comunhão de instruções, informações, visitas etc, p. ex. a atuação de Paulo; d) nos momentos de afrontar uma dificuldade, toda a comunidade ouvia atentamente as orientações dos apóstolos e seus sucessores (cf At 1, 15-26; 6, 1-7; 15, 6-29). Analisando a participação dos membros do "Concílio" de Jerusalém, G. Girardet afirma que, se inicialmente "não havia uma estrutura hierárquica, piramidal, também não se pode dizer que tudo acontecia na base da 'democracia', tal como a entendemos nós. Tratava-se de uma realidade horizontal e circular, fundada sobre a solidariedade de cada parte"<sup>5</sup>.

Concluindo, podemos dizer que se historicamente o papado tem sido, para seus oponentes, um fator de desunião, o movimento ecumênico não consegue descartar a *possibilidade* de recuperar, futuramente, a sua identidade unitiva fundamental no seio da comunidade cristã. Fica aberta a questão se é realmente *impossível* fazer do papado um ponto de referência e um lugar de encontro dos cristãos de todas as igrejas. Vale recordar que a unidade não se funda sobre um particular ministério ou centro visível de união, mas *na fé, na esperança e na caridade* (cf *Unitatis Redintegratio* 4; 24). Fica, contudo, o desafio sobre o exercício futuro do ministério petrino, com a hipótese de agir na Igreja Católica segundo a modalidade própria dessa igreja e, ao mesmo tempo, ser um sinal de unidade para as demais igrejas...<sup>6</sup>

b) **Os dogmas, sacramentos, estruturas eclesiais, doutrinas...**: Na impossibilidade de tratar aqui de todos os elementos doutrinários e estruturais da Igreja, vamos procurar inseri-los todos dentro da compreensão de Igreja como "instrumento" da revelação divina. A eclesiologia resultante do diálogo católico-anglicano declara que "a Igreja é chamada a ser, e pelo poder do Espírito Santo o é de fato, *sinal, salvaguarda e instrumento* dos desígnios divinos"<sup>7</sup>. Trata-se de compreender a realidade eclesial como uma "necessidade de meio" na ordem da salvação. Cremos que essa perspectiva nos permite compreender como a Igreja do Cristo se manifesta nas várias confissões eclesiais<sup>8</sup>. Essa manifestação é imperfeita, mas na medida em que as igrejas se aproximam no testemunho da fé, contribuem para que a verdadeira Igreja do Cristo adquira uma expressão sempre mais real. Assim, se conseguirmos compreender a Igreja como *instrumento* da revelação divina, nesse mesmo horizonte de compreensão talvez possamos entender a sua doutrina, sua liturgia, seus ministros, seus dogmas etc.

A Igreja como *instrumento* do plano salvífico exige que se reconheça nela uma justa relação entre os elementos internos e externos que a constituem, de modo que sua configuração social e visível seja vista em relação com a realidade espiritual e invisível. Para os católicos, isso significa afirmar o caráter *sacramental* da Igreja. Por isso, reconhecem na sua estrutura externa as condições indispensáveis e necessárias que a constituem como uma realidade que visualiza a ação do Cristo no mundo. A sacramentalidade eclesial tem sua origem no conceito bíblico de "sinal" (hebr. *'ôt e môfêt*, gr. *dynamis e sêmeion*), que os Pais antigos chamam de *mystérion*. É o meio da comunicação e da ação de Deus no mundo. O modelo da sacramentalidade das igrejas é a própria humanidade de Jesus, como instrumento da encarnação do Verbo. O próprio Cristo afirmou sua realidade de "sinal" (cf Lc 11, 29-32); seus milagres são "sinais" que testemunham a graça, a ação divina no mundo (cf Mt 12,38 e Jo 9, 28-30). À luz do mistério do Verbo encarnado acontece o significado sacramental das igrejas em sua plenitude. Assim, a missão das igrejas consiste em *sinalizar* a continuidade da ação do Cristo no mundo. Por isso, a Igreja "pode ser descrita como *sacramento* da ação salvífica de Deus"<sup>9</sup>

E aqui surge a questão dos *sete* sacramentos. Eles têm sua razão de ser enquanto realizam a sacramentalidade eclesial. Para os protestantes luteranos, existem duas dificuldades básicas: o septenário, e sua necessidade. Com relação ao número, o diálogo ecumênico proposto pelo *Grupo de Dombes* assinala alguns progressos. Estes situam-se especialmente no fato de que "os católicos diferenciam sempre mais entre os

ritos que constituem o septenário. Entre uns e outros o termo *sacramento* aparece como analógico... sendo a Eucaristia o auge do organismo sacramental. Acentuam que Batismo e Eucaristia são os sacramentos maiores e primordiais, em redor dos quais se organizam os outros sacramentos. Por conseguinte, é legítimo falar de uma 'hierarquia de sacramentos'... como existe uma 'hierarquia de verdades'"<sup>10</sup>. A proposta de *Dombes* é a criação de um vocabulário que mantenha a unidade e a diferença, por exemplo, "sacramentos" para o Batismo e a Eucaristia, e "atos sacramentais" para as outras celebrações.

Com respeito à *necessidade* do septenário, a teologia protestante tem dificuldade em reconhecê-la, por interpretá-la como algo demasiado humano, de origem puramente eclesiástica, que tende a "condicionar" a graça. Por isso afirmam que "os sete" sacramentos não são necessários para a salvação, bastando a certeza da fé. Karl Rahner responde a essa observação afirmando que "a própria fé tem uma dimensão encarnatória e histórica e, portanto, sacramental. Porquanto é vivida por um ser encarnado, no qual a fé invisível assume uma visibilidade histórica. Por isso, o sacramental é sempre necessário para a salvação"<sup>11</sup>.

Por conseguinte, o caráter sacramental explica a dimensão histórica, concreta, de encarnação, em que vivem as igrejas. Nesta direção podemos situar os dogmas, as doutrinas e estruturas eclesiais. Estes elementos

estão envolvidos num horizonte de *mistério* (próprio dos sacramentos...), onde o elemento humano se torna instrumento da ação divina. Eles vivem a *sobrenaturalidade sacramental*, de modo que o supranatural, invisível, se torna visível no que eles significam.

Isso tudo nos leva a reconhecer que o fundamento da Igreja possui uma *razão pneumatológica*<sup>12</sup>. Tal razão garante o aspecto sacramental de *todos* os elementos constitutivos da Igreja do Cristo<sup>13</sup>. Na

história salvífica, da qual as igrejas são chamadas a participar, acontece a ação do Espírito. O Espírito une os fiéis das várias igrejas com o único Cristo. Como esse encontro é histórico, ele acontece *sacramentalmente*. Por isso, as igrejas reunidas deveriam ser, para o mundo, *a sacramentalização fundamental do dom escatológico do Espírito*.

c) **Em busca de um "núcleo comum"**: Podemos dizer que o diálogo sobre a doutrina e a vivência cristã tem sido, no movimento ecumênico, um grande impulso tanto para ajudar as igrejas na fundamentação de seus princípios, quanto para mostrar a inconsistência de muitas posições.

---

*"O Espírito une os fiéis  
das várias Igrejas  
com o único Cristo.  
Como esse encontro  
é histórico,  
ele acontece  
sacramentalmente"*

---

Seria um falso irenismo (*Unitatis Redintegratio*, 11; 20) esconder sérias diferenças sobre a doutrina da fé, da Igreja, do Verbo encarnado, dos sacramentos, Maria, a justificação etc. Mas há que reconhecer também que muitas doutrinas possuem um *núcleo comum*, embora sejam expressas diferentemente. Para avançar o diálogo ecumênico, é preciso concentrar a atenção mais *no que é dito, do que no como*. Importa o *conteúdo* daquilo que se quer comunicar (cf *UR*, 9). E percebe-se hoje que doutrinas consideradas contraditórias entre si pela diferença no *modo* de exposição, possuem um conteúdo central de convergência no *objeto* comunicado (por exemplo: Justificação, Filioque etc).

Essa constatação tem sido uma ajuda no diálogo ecumênico, permitindo a relativização dos “pontos de vista” de uma verdade, para poder centrar a atenção no *conteúdo* da verdade como tal. Isso pode contribuir para diminuir as “discrepâncias consideráveis” (*UR*, 19) acerca do conteúdo da fé cristã. Isso significa manter “a unidade nas coisas necessárias”, sem perder a liberdade de expressão (*UR*, 4). Importa que o *conteúdo* da fé cristã seja vivido pelos cristãos. Nesse sentido, a Encíclica *Ut unum sint* apresenta o modelo católico de unidade como “diversidade reconciliada” e “unidade na diversidade”. Para isso, o “modo” e “método” de transmitir a fé não podem ser obstáculos para o diálogo (*UR*, 11). Com esse espírito, aquilo que hoje é ainda motivo de forte contraposição poderá ser considerado, num futuro próximo, menos grave e não mais insuperável.

O estreitamento das relações é hoje influenciado por um outro fator. Todas as igrejas cristãs enfrentam problemas comuns: secularização, pluralismo religioso e cultural, os problemas sociais de empobrecimento contínuo da grande maioria de seus fiéis etc. Tais elementos contribuem para a leitura, das diferentes doutrinas, fundada sobretudo na caridade, na fé e na esperança. Frente aos desafios comuns, muitos descobrem que é mais importante o testemunho comum da fé que os debates e acordos doutrinários. Isso impulsiona o esforço de reconciliação e a recíproca aceitação entre as igrejas. Cria-se espaço prático para o crescimento comum e o aprendizado recíproco. Acontece um grande esforço para a mudança de comportamentos (ponto “c”). Como exemplos concretos, citamos o esforço atual dos protestantes na mudança da mentalidade e costumes. Vê-se crescer a busca do testemunho comum, superando tendências subtis ao subjetivismo, e não mais considerando cada uma das tantas igrejas protestantes como plenamente autônomas e auto-suficientes. Os católicos, por sua vez, recuperam o valor da Bíblia e renovam a concepção dos sacramentos e das estruturas eclesiais, deixando mais espaço para a ação da Graça, que atua além dos instrumentos oficializados.

Neste contexto acontece a partilha interconfessional: cresce o número dos casamentos interconfessionais, não mais como causa de confronto, mas como

oportunidade de encontro e colaboração entre fiéis de diferentes igrejas. Acontece também o reconhecimento e a participação amigável nas celebrações dos “outros”, sem se ser forçado a “mudar de igreja”. Aqui situa-se também a ação comum pela construção da justiça social: nos sindicatos, no partido político, nos movimentos populares etc, onde o que conta é a identidade cristã, que relativiza a diversidade eclesial.

## 2. O ESPÍRITO DA UNIDADE

### 2.1 O Espírito abre as igrejas para a busca do Infinito

É preciso maturidade teológica e de fé para posicionar-se frente ao pluralismo eclesial com senso crítico: discernindo as transformações positivas e aceitáveis que valorizam e aperfeiçoam a nossa identidade, daquelas que precisam ser refutadas porque nos desintegram religiosa e eclesialmente. L. Sartori diz que, para isso, é preciso que cada igreja esteja aberta para o Infinito. Que “seja verdadeiramente ‘religião’: ângulo que se abre ao Infinito... Um ângulo que se fecha, que aceita ser barrado por um terceiro segmento, certamente dá a impressão de oferecer um espaço mais acessível e que pode tornar-se nosso: mas a custo de uma finitude que o circunscreve, cessando de viajar ao Infinito... Assim, também as expressões de fé e as religiões tornam-se ‘coisas’ deste mundo, espaços de propriedade privada do homem, diminuindo a sua consciência de força e dinamismo que vem de Deus e que conduz a Deus”<sup>14</sup>.

A abertura para o Infinito ajuda a reconhecer a provisoriade das estruturas, doutrinas, dogmas, modelos de Igreja. Ajuda-nos a mergulhar no que é essencial à fé. Tudo o mais, não obstante o seu valor, é *instrumento*. Portanto, periférico. Embora importante, não pode ser absolutizado. É como se empreendêssemos uma longa viagem. Não se pode levar muita coisa. Uma vez que se tem certeza da estrada, o importante é chegar ao fim desejado, e se relativizam muitos meios...

É interessante observar que uma das características fundamentais do cristianismo é a atitude de aproximação do outro. A vivência da fé nos impele ao reconhecimento do outro como alguém que possui valores e atitudes que constituem a sua identidade e subsistência própria. Trata-se da superação do ego-centrismo, que tende a instrumentalizar o outro para a realização do “culto sagrado” ao nosso eu. Ao aproximar-nos do outro, enriquecemos nosso ser gente através da partilha que acontece no encontro sincero e gratuito. O outro nos faz ver que existem valores que eu ainda não assimilei.

Do mesmo modo, podemos dizer que nós, cristãos, sabemos que *o Espírito Santo educa as igrejas e os fiéis, também a partir do exterior*. É possível apren-

der dos outros *como* abrir-se para o Infinito, ainda que muitas vezes através de experiências negativas, de confrontos e insucessos.

O encontro com o outro questiona a nossa pretensão de "universalidade". Quando pensávamos estar sozinhos, era fácil considerar-nos únicos. Agora que precisamos admitir a existência do outro, custa-nos admitir que somos apenas "parte" da realidade... O movimento ecumênico é um grande contributo a essa consciência. Se antes cada igreja cristã considerava-se a "única" verdadeira e absoluta, criando, como consequência, a exclusão de qualquer outra expressão de fé que ultrapassasse o modelo por ela proposto, acontece atualmente um grande esforço de cada igreja por reconhecer-se *parte*, e *necessitada* de ser integrada pelas demais, em busca de uma plenitude infinita que está além delas mesmas: além do ser ortodoxa, do ser católica, do ser luterana, do ser metodista... Os vários diálogos ecumênicos reconhecem que as igrejas são "uma encarnação provisória do propósito último de Deus para todos os seres humanos e todas as criaturas"<sup>15</sup>. *É certamente pelo impulso do Espírito que se pode admitir que outros modos de expressar a mesma fé em Cristo podem oferecer uma contribuição original para a formação da única Igreja como Corpo do único Cristo.*

As igrejas cristãs crescem na consciência de que as divisões não surgem da fé no único Cristo. Não se questiona a unicidade de Deus ou do Cristo. O que está em questão é o "nosso" Deus, o "nosso" Cristo. O que está em crise é a imagem de Deus e do Cristo *que cada igreja constrói para si*, e a tentação de, através da absolutização dessa imagem, querer apropriar-se da totalidade de Deus e do Cristo. Há que se reconhecer a distinção entre o Cristo e a Igreja, negando qualquer tentativa de relação de identidade. Nenhuma Igreja tem o direito de assumir em benefício próprio as propriedades que só pertencem a Deus e ao Cristo. Há que se assumir a realidade da finitude, parcialidade e provisoriabilidade constitutivas do *ser Igreja*.

Aí então estaremos preparados para crer que é o conjunto das igrejas, na solidariedade da fé, que pode dar ao mundo uma imagem mais aproximada daquilo que é a verdade divina: *"Há um só Corpo e um só Espírito, como também fostes chamados numa só esperança da vossa vocação. Só um Senhor, uma só Fé, um só Batismo"* (Ef 4, 4-5). Trata-se de

libertar o próprio Cristo da roupagem que muitas vezes lhe impomos, pensando fazê-lo "nosso". Somente assim permitiremos que a sua verdade brilhe com todo o seu es-

*"As Igrejas crescem na consciência de que as divisões não surgem da fé no único Cristo"*

plendor. O Espírito da Unidade possibilita o discernimento entre aquilo que realmente pertence ao Cristo, e que as igrejas precisam testemunhar, daquilo que pode ser fruto de outro Cristo, criado "à nossa imagem e semelhança", e que precisa ser relativizado. Assim, o Espírito que impele à convergência ao único Corpo do Cristo permite às igrejas particulares a manifestação da infinitude e da perfeição, à qual aspiram, mas que ainda não são. Aí, então, as fronteiras não serão impedimentos para alcançar o Infinito...

## 2.2 O Espírito revela a Igreja como mistério

A abertura ao Infinito exige valorizar as igrejas particulares, compreendendo-as devidamente na sua dimensão de instrumentalidade, finitude, provisoriabilidade. É a consciência da fé na única Igreja como "realidade visível e espiritual" (*Lumen Gentium*, 8). Esse é um ponto de convergência entre as diversas igrejas cristãs, de modo que nenhuma Igreja particular pode se afirmar como "a" Igreja do Cristo. O Vaticano II procura esclarecer a relação entre a igreja visível e a igreja invisível (unidas mas distintas), através da analogia da encarnação: como no Cristo a natureza humana e a natureza divina formam uma unidade mas não se confundem, assim, na Igreja, o elemento humano e o elemento divino, que formam uma única e complexa realidade. A Igreja é teândrica (*Sacrosanctum Concilium*, 2).

Como os católicos não aceitam que nenhuma igreja protestante tenha a pretensão de identificar-se com a única Igreja do Cristo, procura-se afirmar a relação com o Cristo como "unidade na distinção". Diz o Vaticano II que a Igreja do Cristo *subsiste* na Igreja Católica. Não diz "é", porque automaticamente deslegitimaria a existência das outras igrejas. Afirma tão somente que a Igreja do Cristo "está presente" na Igreja Católica. E fora desta não estão presentes apenas "elementos" da verdadeira Igreja, mas a realidade mesma da Igreja, que pode "subsistir" também em outras comunidades cristãs<sup>16</sup>.

Isto significa compreender a Igreja como "mistério", que se revela mas não se esgota na sociedade visível da comunidade dos fiéis. Esse mistério é projeto do Pai, destinado a realizar-se na história através da Encarnação do Verbo e o envio do Espírito (*Lumen Gentium*, 2-5). Tal foi o meio encontrado por Deus para a salvação de toda a humanidade, reunida no Reino escatológico.

O caráter de mistério une a Igreja com a Trindade. Cada igreja particular é chamada a ser imagem da Trindade Santa enquanto unidade na diversidade. O projeto do Pai, escondido desde toda a eternidade, se manifesta no Cristo e se cumpre na história: *A vós foi dado conhecer o mistério do Reino de Deus* (Mc 4, 11). É um mistério de reconciliação entre todos os povos (Ef

2, 14-16), reunidos na mesma vocação de Israel (Ef 2,14).

Assim compreende-se melhor a realidade profunda da Igreja como visível-invisível, terrestre-espiritual, humana-divina, unida-dividida, santa-pecadora, caminhando na história. Esta realidade supera os confins de cada igreja. Todos os cristãos passam a compartilhar a fé no mistério da Igreja, vista na perspectiva da história da salvação. A noção da "Igreja-Mistério" contribui para conscientizarem-se de que a verdadeira Igreja não se esgota em um modelo histórico, de modo que isso possa criar a convicção de que a unidade cristã é um modo privilegiado de visualizar o invisível.

### 2.3 A ação do Espírito na "única" Igreja do Cristo

Não existe "um Espírito" para cada igreja cristã. O Espírito Paráclito foi prometido ao conjunto dos cristãos (Jo 16,17). Por Ele, o Senhor, fonte da vida, permanece unido aos seus fiéis, e impulsiona a unidade entre estes, de modo que todos se tornam *um no Cristo* (Gl 3,28). "O Espírito Santo, que habita nos crentes, que enche e governa toda a Igreja, é quem realiza aquela maravilhosa união dos fiéis e une todos tão intimamente em Cristo, de modo a ser o Princípio da unidade da Igreja. É Ele quem opera a distribuição das graças e dos ministérios, enriquecendo a Igreja de Jesus Cristo com diferentes dons... para a edificação do Corpo do Senhor" (*Unitatis Redintegratio*, 2).

Temos então espaço aberto para a compreensão do Espírito como santificador de toda a Igreja (e não apenas da "minha"). Toda a vida da Igreja depende do Espírito, ela nasce no Pentecostes, é guiada pelo Espírito, recebe os dons do Espírito (cf 1Cor 12), é unificada no Espírito. Quando professamos a nossa fé na Igreja, fazemo-lo no Espírito. E cremos na Igreja porque estamos seguros da ação do Espírito que a faz crescer na história: em unidade, santidade, catolicidade e apostolicidade<sup>17</sup>

O Espírito é *vivificante*, enquanto fonte da *vida divina*, plenitude eterna, já presente no hoje, e que chama à ressurreição final (Ez 37, 1-14; Rm 8, 10-11). E essa verdade é professada pelo movimento ecumênico ao afirmar que as obras que permitem à Igreja o seu desenvolvimento "são sempre acompanhadas pela ação do Espírito, que torna possível a nossa vida em comunhão e em harmonia recíproca (At 13,2; 15,28). O Espírito é o fio invisível que corre através da ação da Igreja no mundo... Ligando-nos uns aos outros e a Cristo, o Espírito Santo dá forma harmônica e variação harmônica ao povo de Deus"<sup>18</sup>. Como Espírito de *Verdade*, o Espírito Santo conduz a Igreja a uma com-

preensão sempre mais profunda da verdade revelada (*Dei Verbum*, 8). Como princípio de *Unidade* e de *comunhão*, Ele é também fonte da multiplicidade e variedade dos dons, postos a serviço uns dos outros, o que permite também a diversidade das estruturas eclesiais.

É o Espírito quem *ensina* a igreja, com dons carismáticos, coroando-a com seus frutos (Gl 5,22). "Os fiéis vivem no Espírito porque vivem em Cristo e com Cristo. Existem dons diferentes, mas unidos na sua origem, o único Espírito, e no seu fim, a *koinonía*. Mas o Espírito *sopra onde quer*, e os fiéis não podem pôr limites à sua ação na humanidade"<sup>19</sup>. Os frutos do Espírito impulsionam a Igreja para a *renovação* (Rm 12,2; Ef 4, 22-23). Esta renovação deve ser constante (UR, 6) e não se completa enquanto a Igreja não atingir a plena realidade escatológica, quando terá o encontro com o Esposo, que a chama para viver no seu Reino (*Lumen Gentium*, 5), em unidade perfeita com a Trindade (UR, 2).

### 2.4 O Espírito que re-une o "único" povo de Deus<sup>20</sup>

A Igreja, impelida pelo Espírito, é mistério. Mas é também sujeito histórico, e esse sujeito histórico é o "povo de Deus". Esse povo caminha numa tensão escatológica rumo ao Reino. Ele está ordenado em modos diversos nessa caminhada, segundo as orientações que recebe da sua confissão particular. É um povo único e, ao mesmo tempo, diversificado. Mas percorre uma única estrada, aquela que nos é indicada pelo Espírito do Cristo. Constrói a mesma história onde atua o Espírito para transformar, converter e renovar a face da terra, de modo que se realize o Reino. Esse único povo está envolto pela história da salvação, na qual descobre sua vocação original de cumprir o desejo salvífico de Deus, a realização do amor: o Deus que nos ama nos salva em comunidade.

*O povo que caminhava nas trevas viu uma grande luz* (Mt 4,16, cf Is 9,1), e desde então procura *caminhar segundo o Espírito* (Gl 5,25). Caminhar "segundo o Espírito" é dom e compromisso. Dom da santidade e compromisso com o Reino, que leva a viver como *um só coração e uma só alma* (At 4, 32-36). Este povo é convidado a "rejeitar toda maldade, toda mentira, todas as formas de hipocrisia e de inveja e toda maledicência". Significa lutar contra toda divisão, para viver *como pedras vivas, um edifício espiritual, um sacerdócio santo* (1Pd 2, 1-5).

Todas as igrejas particulares têm como missão conscientizar seus fiéis da pertença ao *único* povo de

---

*"Toda a vida da Igreja depende do Espírito: ela nasce no Pentecostes, é guiada pelo Espírito, recebe os dons do Espírito, é unificada no Espírito"*

---

Deus. O Espírito nos integra, todos, numa *raça eleita, um sacerdócio real, uma nação santa, o povo de sua particular propriedade... vós, que outrora não éreis povo, mas agora sois povo de Deus* (1Pd 2, 9-10). Por isso somos chamados a “afastar-nos dos desejos egoístas que nos impelem à destruição” como povo eleito. Entre esses desejos está a vontade de exercer a supremacia de direito sobre os outros, a vontade de afirmar a “minha” igreja como uma realidade mais legítima do que a “tua”. O que não deixa ver a “nossa” Igreja.

É o Espírito que ilumina a consciência de pertença ao único povo de Deus, enquanto impele a “reconhecer o outro como parte de mim”. Assim, o Espírito suscita laços de fraternidade entre as igrejas irmãs, de escuta e de ajuda mútua. Esta ajuda conduz à comunhão prática. Apenas a título de exemplo, citamos as experiências de comunhão na vida de santidade e na luta pela justiça, na reflexão teológica, na ação pastoral, na liturgia, no estudo da Bíblia etc. Este testemunho de comunhão entre as igrejas é o selo da aliança de Deus com o (único) povo eleito. E isto acontece sob a guia do Espírito do Cristo, que nos convoca à unidade (Jo 17,21).

## 2.5 O Espírito do Cristo atuando além das igrejas cristãs

A nossa fé na verdade divina revelada nos assegura que o Espírito *sopra onde quer* (Jo 3,8), mostrando que existe algo de divino além do espaço religioso no qual estamos habituados a realizar a nossa experiência do sagrado. É preciso ter a mente iluminada pela luz do Espírito, para conseguir abrir-se à hipótese da sua existência e ação para além do universo no qual se está acostumado a reconhecer a ação de Deus. Somente uma fé guiada pelo Espírito da Graça consegue crer e adorar o Espírito agindo nos outros símbolos sagrados que não expressam as características da nossa fé cristã.

Até bem pouco tempo era comum à consciência de cada igreja e religião considerar-se “o” universo religioso por excelência. Fechadas nesse universo, não acreditavam na possibilidade da existência de algo substancial para a fundamentação da fé além de suas fronteiras. E tais fronteiras se constituíam em verdadeiras fortalezas, com a função de protegê-las de qualquer “outro” externo.

Em nossos dias, porém, percebe-se uma mudança radical nesse comportamento. Hoje as pessoas vivem na praça pública, percorrendo estradas que se entrecruzam. Experimentam um processo de contínua interferência mútua, pela qual se transformam os hábitos culturais, a linguagem, a política, a economia etc. Nesse intercâmbio de elementos humanos situam-se também as experiências de partilha dos valores religiosos. E é então que se descobrem “outros” universos religiosos que se propõem tão salvíficos quanto os nossos. O inevitável encontro com a fé do outro provoca a exigência de uma releitura da nossa fé, uma espécie de revisão dos fundamentos mais profundos e das formas

de expressão, de modo que, embora ela se mantenha íntegra no seu conteúdo essencial, vive ao mesmo tempo uma experiência de transformação na sua expressão. Cremos que foi essa constatação que levou a Conferência Mundial do Conselho Ecumênico das Igrejas, reunido em Nairobi no ano de 1975, afirmar que atualmente “nenhuma religião/igreja permanece idêntica ao que era vinte anos antes...”

O esforço da “teologia cristã das religiões”<sup>21</sup>, para a compreensão da presença do Espírito do Cristo atuando nas religiões “não cristãs” e nos novos movimentos religiosos (pentecostais, de origem cristã ou não), segue dois trilhos básicos:

1) os católicos - utilizam sobretudo o conceito de *semina Verbi*: o Concílio Vaticano II desenvolveu largamente a consciência da presença das “sementes do Verbo”, de modo a poder-se dizer que pertence à fé da Igreja Católica a crença de que o mesmo Verbo, dado em plenitude à fé cristã, encontra-se em “fragmentos” esparsos entre os não cristãos. Por “fragmentos”, Sartori observa que não se trata de “pedaços, intrinsecamente parciais, mas de verdadeiras “sementes”, nas quais se encontra, em realidade, o conteúdo do Verbo”<sup>22</sup>. Trata-se de reconhecer a presença objetiva de valores divinos dentro das outras religiões, valores que conduzem a *mens catholica* a reconhecer o Espírito como “objetivo” e “objetivável” nelas.

2) os evangélicos - preferem mais o conceito de *ação do Espírito*. Não diferem substancialmente da posição católica. O teólogo Vinay reconhece nas outras religiões a *presença e ação do Espírito*, sobretudo para salvaguardar o caráter de mistério e transcendência de tal presença e ação. O Espírito é livre, transcendente e presente, agindo onde quer, e não podemos dizer com precisão, além da certeza da fé, onde e como atua.

Portanto, católicos e evangélicos se encaminham para uma certa convergência na compreensão e no relacionamento com outras religiões, e inclusive com os novos movimentos religiosos. *A teologia pneumatológica é o que permite a convergência na compreensão do Espírito do Cristo agindo além das fronteiras eclesiais e, inclusive, cristãs*. A purificação da fé no Espírito, sem as amarras das estruturas de exclusão, e a abertura ao seu influxo, permitem reconhecê-lo e adorá-lo além do universo religioso conhecido, até nossos dias, como “cristão”. O Espírito abre para a acolhida da Palavra de Deus ali onde existe a vivência da fé verdadeira. Isso significa reconhecer “outras fés” como um *legítimo* ato de crer, pelo qual acontece a ação do Espírito. E isso implica que a formação do verdadeiro Corpo do Cristo inclui membros que as igrejas cristãs muitas vezes tendem a excluir...

## 2.6 O Espírito do “ecumenismo prático”

O que vimos até o momento parece um pouco distante da perspectiva impostada pelas entidades ecu-

mênicas existentes no Brasil. Embora tenhamos pastores e pastoras, leigos e leigas, padres e bispos preocupados em *refletir teologicamente* a unidade cristã, percebe-se que a tendência geral é “ir para a prática”. Há um certo descrédito do “ecumenismo teológico-doutrinal”, e acredita-se que o povo “vive ecumenicamente”, independentemente das resoluções dos problemas teológicos acima acenados.

Temos, assim, um “ecumenismo de colaboração prática”. Não obstante os aspectos positivos dessa perspectiva ecumênica, o risco consiste no fato de que ela é orientada mais pelas necessidades sócio-políticas do que por princípios teológicos, ou pela convicção da fé na unidade como vontade do Cristo (Jo 17,21). Mas ao adquirirmos consciência de que uma “ação ecumênica” acontece entre “igrejas”, há que se encontrar os princípios adequados que orientem a ação *como igrejas*, e não como organismos que se equiparam a outras instituições sociais. Será por demais cômodo deixarmos toda a responsabilidade da reflexão teológica para as igrejas européias. Aos poucos nos conscientizamos de que também nós temos algo a oferecer para o avanço da teologia ecumênica mundial...

Contudo, o dado positivo consiste no fato de que as várias iniciativas ecumênicas que acontecem por todo o país vão aos poucos criando uma espécie de “cultura ecumênica”. Assim, com lentidão mas também com constância, o termo “ecumenismo” vai sendo aos poucos incorporado ao imaginário simbólico-religioso do povo brasileiro. Dessa forma, o ecumenismo começa a ser pensado, falado e vivido, em muitas situações das comunidades, das igrejas e dos movimentos populares.

Jether P. Ramalho constata, com satisfação, que, para grande parte do povo, o sentido do ecumenismo é altamente positivo. “A gente simples ‘comeu’ a palavra e achou o seu sabor agradável. É sinônimo de paz, fraternidade, união, quebra de barreiras superficiais, e unidade no fundamental”. Para ele, as ações populares nos momentos difíceis assumem um caráter de unidade, de modo que “as diferenças deixam de ser barreiras e a fraternidade passa a ser o elemento dominante”<sup>23</sup>. Esse tipo de ecumenismo é definido por Ramalho como “um processo não institucionalizado de aproximação das igrejas”<sup>24</sup> que, sem alardes e propaganda acontece na vida rotineira das congregações (comunidades) locais e paroquiais.

Quatro são as características que, ainda segundo Ramalho, identificam o “ecumenismo popular”: a) o reconhecimento de que há um mesmo Deus, e que este é maior do que todas as divisões; b) a unidade do único povo de Deus em torno da única Palavra, contida nas Escrituras; c) a ação do Espírito Santo, que gera frutos onde quer e ilumina a todos; d) a situação social comum, que provoca a aproximação e solidariedade do povo simples e empobrecido injustamente<sup>25</sup>.

Estas características permitem fazer uma *leitura ecumênica* das pastorais populares que têm uma extensão e compromisso com a comunidade total, e nesse

processo há um encontro natural com as necessidades e lutas dos setores populares, dos quais os integrantes dessas pastorais são componentes. Para resolver as questões de sobrevivência, os movimentos populares ultrapassam as barreiras e as divisões. Assim, afirma ainda Ramalho que “ninguém pode negar que, hoje, no Brasil, o drama do desemprego, da fome, da doença, do transporte, da falta de escola etc, atingiram uma dimensão ecumênica”. São problemas coletivos, que não aceitam solução individual, uma vez que “atingem o povo de maneira geral e não privilegiavam pessoas de acordo com a sua confissão religiosa ou posição política”.

Os exemplos práticos do “ecumenismo popular” são inúmeros. Vão desde uma simples limpeza de esgoto nas favelas das cidades, à reivindicação frente às autoridades de algum benefício para o bairro, a favela, ou a comunidade rural. Nessas atividades, juntam-se católicos, evangélicos, neo-pentecostais, espíritas, membros dos cultos afro-brasileiros etc, num grande “esforço ecumênico”... Descubrem-se irmãos, companheiros de sofrimento e solidários na luta. Tornam-se amigos no afeto, companheiros na refrega, irmãos na fé. Caem os preconceitos, que cultivavam as diferenças.

Jether Ramalho reconhece que “essas expressões ecumênicas oferecem uma gama de criatividade extraordinária. Não obedecem a padrões estabelecidos, não copiam receitas, e correspondem aos sentimentos e necessidades do próprio momento existencial. Com isso confundem analistas, rompem esquematismos e causam espanto aos céticos e pessimistas”<sup>26</sup>. Esse movimento ecumênico tem como base a luta pela justiça. É ecumenismo de compromisso, de encontro na caminhada da construção de uma nova sociedade, que vai além das belas palavras e declarações das estruturas eclesíásticas<sup>27</sup>.

## CONCLUSÃO.

### A NOSSA RESPOSTA AO ESPÍRITO SANTO

A VII Assembléia do Conselho Mundial das Igrejas em Camberra, 1991, afirmou que, embora os cristãos compreendam de modos diversos a Verdade, continuam unidos pelo poder do Espírito Santo<sup>28</sup>. Isso mostra que a diversidade de idéias e práticas nas igrejas cristãs é dom do Espírito. Para perceber isso, porém, precisamos de *conversão*. Conversão significa deixar que o Espírito nos livre dos preconceitos, julgamentos, rancores, e que provoque a *kénosis* de nós mesmos. Respondemos ao Espírito em humildade e penitência. Assim, estamos prontos para sermos plenificados com seus dons. Só então é que podemos ser também nós instrumentos de reconciliação para o povo de Deus. *O caminho da Unidade é um caminho de conversão*. Enquanto caminhamos, tomamos consciência de que a causa da divisão é o *pecado*, que por vezes se reveste de doutrinas, estruturas, teologias... Mas a abertura ao Espírito nos reconduz à unidade da fé e do testemunho cristão. Em síntese, trata-se de viver uma *espiritualidade ecumênica* em nossas igrejas. Não há prática ecumênica

sincera sem espiritualidade ecumênica. Ela é o que possibilita às igrejas o discernimento dos sinais dos tempos como a convocação de Deus para a *koinonía*. Desse modo, também nós podemos dançar, sorrir, cantar, com o Espírito. Porque vivemos *realmente* no único Espírito, que reconstrói a divisão do Corpo do Cristo.

\* O Autor, ex-aluno do ITESC,  
é Mestrando em Teologia Sistemática  
na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma

## NOTAS

<sup>1</sup> E.WOLFF, *O Espírito Santo e as Seitas*, in ENCONTROS TEOLÓGICOS, Florianópolis, 18 (1995/1), pp. 36-41

<sup>2</sup> *Confessio augustana*, art. 7

<sup>3</sup> É interessante observar que a eleição de um Papa acontece sempre que a sede episcopal de Roma estiver vacante. Ele é eleito bispo de Roma como sucessor de Pedro. O Papa não é bispo de Roma porque é Papa, mas é Papa porque é bispo de Roma, no sentido de que ele, como sucessor de Pedro, assume uma missão que extrapola as fronteiras de uma igreja local, estendendo sua missão para a Igreja universal.

<sup>4</sup> Sentimos que seria propício tratarmos aqui dos diferentes modelos de unidade propostos pelo Movimento ecumênico. Mas, como faremos apenas uma reflexão genérica sobre os pontos divergentes e convergentes acima descritos, citaremos nesta Nota as principais propostas de unidade: 1) Igreja como uma *Comunidade conciliar* de igrejas locais, autenticamente unidas; 2) *União orgânica*, como fusão, a nível local, de igrejas de diferentes tradições; 3) *Comunhão eclesial*, baseada numa "concordia doutrinal"; 4) Modelo das "Igrejas irmãs"; 5) *União orgânica*, comunhão realizada não por fusão, mas por reconhecimento mútuo entre igrejas que mantêm sua personalidade própria; 6) *Diversidade reconciliada*, evocada no contexto das Alianças confessionais mundiais. Cf VV.AA., *Iniciación a la Práctica de la Teología*, vol. III, Madrid, 1985, p. 339

<sup>5</sup> G.GIRARDET, *Protestanti e Cattolici: le differenze*, Claudiana, 1997, p.22

<sup>6</sup> Id., *ibid.*, p. 23. Note-se que a Encíclica *Ut unum sint* reconhece que "nossas igrejas irmãs não consideram construtivo para o movimento ecumênico um modelo de unidade cristã centrado sobre a afirmação do primado do Pontífice romano". O mesmo documento afirma que o centro da unidade é a fé, a esperança e a caridade. Mas, diante da possibilidade da existência de um primado exercido de modo diferente do atual, a Encíclica exprime suas reservas, observando que a mudança tende a referir-se não apenas aos *modos*, mas à "substância do primado papal", pois "o problema do papado não pode ser isolado do da estrutura hierárquico-sacramental da igreja Católica Romana..."

<sup>7</sup> ARCIC II, *A salvação e a Igreja*, 29

<sup>8</sup> Tal é a fé dos Pais da Igreja. É conhecida a afirmação de IRINEU: "Onde está o Espírito de Deus, aí está a Igreja; e onde está a Igreja, aí está o Espírito de Deus e toda graça" (*Adv. Haer.* III, 24)

<sup>9</sup> ARCIC II, *A salvação e a Igreja*, 29. Ver também o documento de "Fé e Constituição": *A Igreja como mistério ou sacramento do amor de Deus para o mundo*

<sup>10</sup> Cf *Espírito Santo, Igreja e sacramentos*, in DiEc (1980), pp. 430-441

<sup>11</sup> K.RAHNER, *Los Sacramentos y la Iglesia*, Salamanca, 21

<sup>12</sup> Y.CONGAR, *Diversités et communion*, Paris, 1995; *Je crois en l'Esprit Saint*, Paris, 1995

<sup>13</sup> Cf D.BORÓBIO, *A celebração na Igreja*, Loyola, SP, 1990, p. 321. A Igreja sempre foi considerada pela Tradição como o lugar do Espírito. Santo Agostinho a define como o "sacramento

do Espírito", enquanto o Espírito é seu princípio vital, a alma da Igreja (cf *Sermo* 167, 4)

<sup>14</sup> VV.AA. *Riempiti di Spirito Santo se misero a parlare in altre lingue*, Dehoniane, 1995, p. 176

<sup>15</sup> *Enchiridion Oecumenicum* 1/2698. A partir de agora, *EO*

<sup>16</sup> Para a história da interpretação do *subsistit in* veja-se F.A.SULLIVAN, *In che senso la Chiesa di Cristo 'sussiste' nella Chiesa Cattolica Romana?* in R.LATOURELLE, ed., *Vaticano II. Bilancio e Prospettive, venticinque anni dopo* (1962-1987), Assisi, 1988, p. 240-324; U.BETTI, *Chiesa di Cristo e Chiesa Cattolica*, in "Antoniano" 61(1986), p. 726-745

<sup>17</sup> Cf Comissão Conjunta Católico-Romana e Evangélico-Luterana, *Chiesa e Giustificazione*, 59 e 62: *Enchiridion Oecumenicum*, 3/1289 e 1292

<sup>18</sup> Cf Comissão Conjunta Igreja Católica e Conselho Metodista Mundial, *La tradizione apostolica*, 52: *EO* 3/1712

<sup>19</sup> Id., 27 e 29: *EO* 3/1687 e 1689

<sup>20</sup> Este tema pode ser aprofundado com o documento de "Fé e Constituição", *A Igreja como povo peregrino*

<sup>21</sup> Cf J.DUPUIS, *Verso una Teologia Cristiana del Pluralismo Religioso*, Queriniana, 1997

<sup>22</sup> L.SARTORI, *op.cit.*, p. 77

<sup>23</sup> J.P.RAMALHO, "Um ecumenismo que nasce do povo", in *Jesus Cristo, a vida do mundo*, Centro de Documentação e Informação, CEDI, Ed. Sagarana, 1984, p. 33

<sup>24</sup> Id., *ibid.*, p. 34

<sup>25</sup> Id., *ibid.*, p. 37

<sup>26</sup> Id., *ibid.*, p. 38

<sup>27</sup> As Conferências do CMI refletem a seriedade do movimento ecumênico no compromisso com a construção da justiça social. A Conferência de Upsala, Suécia, realizada em 1968, com 235 igrejas representadas por 701 delegados, teve como lema *Eis que faço novas todas as coisas* (Ap 21,5), mostrando a razão da ação social das igrejas, como instrumentos da ação do Espírito. Afirmou-se a necessidade da corresponsabilidade das igrejas no desenvolvimento integral dos povos, e do seu comprometimento no serviço à sociedade humana, especialmente no Terceiro Mundo. O tema continuou na Conferência de Nairobi, Quênia, em 1975. Com 700 delegados de 271 igrejas e o lema *Jesus Cristo liberta e une*, seu pano de fundo era o "fracasso do desenvolvimento" e os crescentes problemas nas novas nações africanas e no Terceiro Mundo em geral. Em 1983, a Conferência Vancouver, Canadá, com a participação de 304 igrejas, representadas por 3.599 participantes, afirmou *Jesus Cristo, Vida do mundo*, e formulou contundente crítica à política norte-americana de então: usar "dois pesos e duas medidas" nas relações com a América Central, mas abster-se de medida similar na questão da ocupação soviética do Afeganistão; lutar contra a segregação racial na África do Sul, mas fazer silêncio sobre a violação dos direitos humanos, sobretudo religiosos, nos países socialistas. Em 1996, a II Conferência das igrejas européias refletiu o tema da Reconciliação, afirmando a necessidade de as igrejas contribuírem para a paz entre os povos...

<sup>28</sup> Conselho Mundial das Igrejas, *Vieni, Spirito Santo, rinnova l'intero creato*, Il Regno 658 (aprile 1991), p. 258

## Endereço do Autor:

Colégio Pio Brasileiro  
Via Aurélia, 527  
00165 ROMA ITÁLIA